



...continuação

Abaixo, detalhamos essas obrigações: • Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de R\$M equivalente a 25% do valor anual a ser pago no ano subsequente; • Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros; • Manter anualmente uma geração mínima líquida de 115,37 GWh; • Manter anualmente um índice de cobertura da dívida de no mínimo, igual ou superior a 1,30. A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim de que essas obrigações sejam atendidas. A Companhia atendeu plenamente a todas as obrigações restritivas (covenant quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores devem ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2021.

## 18 PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

	31/12/2021	31/12/2020
Desmantelamento	918	2.036
<b>Total</b>	<b>918</b>	<b>2.036</b>
A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>2.036</b>	
Adição:		
Atualização monetária	156	
Baixa	(1.274)	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>918</b>	

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica edificadas para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o entrou, no momento inicial do arrendamento, e não poderá desfazer o contrato. Fazem parte desse desmantelamento os ativos imobilizados (nota explicativa nº 14). O prazo previsto para a realização dessa provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Elétrico, conforme nota explicativa nº 25.3. As provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. A Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento periódicamente e, com a revisão finalizada em dezembro de 2021, registrou em seu balanço uma diminuição de R\$1.274. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques elétricos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até o fim da vida útil do parque elétrico com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente, calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 11,40% a.a.

## 19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Credores - concessionárias</b>	<b>6.766</b>	<b>7.940</b>
Provisão para arrendamentos	33	2.340
Outras contas a pagar	1	140
<b>Total</b>	<b>6.800</b>	<b>10.333</b>

Saldo de R\$ 7.940 na rubrica de Credores - concessionárias, no passivo, refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica (Nota explicativa nº 8), atualizado pelo IGP-M. Esse contrato tem as seguintes características: (i) o contrato prévio de pagamento da receita fixa independente da saída física para estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação feita com base em entregas anuais de energia; (iii) a CCEE realiza aportações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado. O aumento no saldo se deve à menor geração de energia na apuração quadrienal. A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis conforme demonstrados abaixo:

	Terrenos	Não circulante	Circulante	Total	Não circulante	Circulante	Total
Credores - concessionárias	2.440	6.766	1.766	8.946	1.475	3.467	5.172
Provisão para arrendamentos	33	33	2.340	2.373	140	140	2.300
Outras contas a pagar	1	1	1	1	1	1	1
<b>Total</b>	<b>2.440</b>	<b>6.800</b>	<b>1.767</b>	<b>8.514</b>	<b>1.615</b>	<b>4.942</b>	<b>7.582</b>

O saldo de R\$ 7.940 na rubrica de Credores - concessionárias, no passivo, refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica (Nota explicativa nº 8), atualizado pelo IGP-M. Esse contrato tem as seguintes características: (i) o contrato prévio de pagamento da receita fixa independente da saída física para estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação feita com base em entregas anuais de energia; (iii) a CCEE realiza aportações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado. O aumento no saldo se deve à menor geração de energia na apuração quadrienal. A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis conforme demonstrados abaixo:

	Terrenos	Não circulante	Circulante	Total	Não circulante	Circulante	Total
Credores - concessionárias	2.440	6.766	1.766	8.946	1.475	3.467	5.172
Provisão para arrendamentos	33	33	2.340	2.373	140	140	2.300
Outras contas a pagar	1	1	1	1	1	1	1
<b>Total</b>	<b>2.440</b>	<b>6.800</b>	<b>1.767</b>	<b>8.514</b>	<b>1.615</b>	<b>4.942</b>	<b>7.582</b>

A Companhia obtém as suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 13,81% a.a. para terrenos.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2021 totalmente integralizado é de R\$ 67.417 (2020 R\$ 67.417). O capital social é composto de 66.938.440 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 51% de posse da EDP Renováveis Brasil. A composição acionária fica da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Nº de títulos</b>	<b>66.938.440</b>	<b>66.938.440</b>
<b>%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>	<b>66.938.440</b>	<b>66.938.440</b>

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. 20.2 Deslinhamento do lucro: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, caso a Companhia apresentou prejuízo no exercício impedindo o distribuir dividendos. Reserva de lucros - legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 193 de 1976, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve reserva no montante de R\$604 (R\$604 em 31 de dezembro de 2020) a título de reserva legal. A reserva de lucros: A reserva de retenção de lucro tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um montante de R\$3.076 (R\$3.076 em 31 de dezembro de 2021).

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

2021 2020

	2021	2020
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>19.771</b>	<b>18.917</b>
Suprimento de energia elétrica	(2.998)	(3.444)
Ajuste financeiro (a)	1.155	586
Energia comercializada no mercado de curto prazo	87	105
<b>Total da receita bruta</b>	<b>18.015</b>	<b>16.508</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>	<b>(659)</b>	<b>(586)</b>
PIS/COFINS	1.007	541
Total das deduções	1.007	541
<b>Total da receita líquida</b>	<b>17.356</b>	<b>15.472</b>
MWh comercializado (não auditado)	117	105

(a)Ajuste financeiro: A rubrica de ajuste financeiro refere-se ao registro entre a diferença da energia garantida em contrato para a energia efetivamente gerada. Devido à menor quantidade de vento no ano de 2021 tivemos uma diminuição na quantidade de energia gerada pelo parque elétrico e o registro devedor do ajuste financeiro.

## 22. GASTOS OPERACIONAIS

## 22.1 Gastos operacionais

	2021	2020
<b>Custo do serviço</b>		
Não gerenciables		
Encargos de uso da rede elétrica	(2.084)	(1.881)
Energia elétrica comprada para revenda	1.007	541
<b>Total dos custos não gerenciables</b>	<b>(3.091)</b>	<b>(2.422)</b>
Gerenciables		
Serviços de terceiros e materiais	(3.930)	(3.305)
Compartilhamento de custos	(537)	(608)
Depreciação e amortização	(4.851)	(4.942)
Aluguel e arrendamentos	(71)	(30)
Seguros	(188)	(219)
Despesas tributárias	(33)	(58)
<b>Total</b>	<b>(9.609)</b>	<b>(9.162)</b>

Aos Administradores e Acionistas  
Central Elétrica Baixa do Feijão III S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Elétrica Baixa do Feijão III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, o resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Elétrica Baixa do Feijão III S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Baixa opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se o resultado financeiro for auditado ou não.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, e não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada é plenamente frutífera. A auditoria sempre detecta as eventuais distorções de fraude ou erro, mas não detecta todas as distorções de erro que não são intencionais.